

Individuação Disciplinadora e Terapia ABA para Autistas: novas ou antigas tecnologias anatomopolíticas?

Autismo, ABA e poder disciplinar

Disciplinary Individuation from ABA Therapy for Autistic People: old or
new anatomo-politics technologies?

Lua Gall Gagliardi
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Arthur Arruda Leal Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO: No cinquentenário de “Vigiar e Punir” de Michel Foucault, o presente artigo propõe pensar a atualidade da obra a partir de uma breve investigação da terapia *Applied Behavioral Analysis* (ABA) destinada principalmente para crianças autistas. Para tal, será utilizado principalmente a noção de disciplina e a densa descrição dela na terceira parte do livro foucaultiano, analisando as formas como o controle minucioso do corpo em relação a certo espaço e temporalidade - aliados aos mecanismos de vigilância, de uma sanção normalizadora e da prática do exame - atuam na individuação de autistas. Chama-se atenção para a forma como a genealogia foucaultiana permite a desnaturalização da norma subjacente à prática da ABA, permitindo um olhar crítico para as controvérsias que envolvem esse método terapêutico.

Palavras-chave: ABA; poder disciplinar; autismo.

ABSTRACT: On the fiftieth anniversary of Michel Foucault's *Discipline and Punish*, this article proposes to consider the work's contemporary relevance through a brief investigation of Applied Behavioral Analysis (ABA) therapy, which is primarily aimed at autistic children. To this end, the central notions of discipline and its dense description in the third part of Foucault's book will be primarily utilized. The analysis will examine the ways in which the meticulous control of the body in relation to space and time - allied with mechanisms of surveillance, normalizing sanction, and the practice of examination - act in the individuation of autistic people. Attention is drawn to how Foucault's genealogy allows for the denaturalization of the norm underlying the practice of ABA, allowing for a critical perspective at the controversies surrounding this therapeutic method.

Keywords: ABA; disciplinary power; autism.

DOI: 10.12957/mnemosine.2025.95879

Introdução

A Análise do Comportamento Aplicada - ou, como ficou conhecida do inglês, Applied Behavioral Analysis (ABA) - é um método baseado no Behaviorismo Radical Skinneriano que passou a ser praticada e estudada em crianças autistas na década de 1960 nos Estados Unidos pelo psicólogo Ole Ivar Lovaas. Até então, o lugar destinado à parte considerável da população autista no país (e em boa parte do mundo ocidental) eram as instituições psiquiátricas fechadas, nas quais muitos passavam longos períodos ou jamais saíam de lá (Eyal et al, 2010).

O programa de tratamento desenvolvido por Lovaas - Early Intensive Behaviour Intervention (EIBI) - se baseava no ABA. Porém, diferente do método geral, a EIBI exigia 40 horas semanais de sessões de ABA entre um terapeuta e uma criança autista, pautadas no ensino de certas habilidades e na eliminação de comportamentos associados aos “sintomas” autistas - os objetivos da ABA variam entre a criança aprender a usar a privada e escovar os dentes até a produção de comportamentos sociais “normais” (olhar no olho, pedir algo que deseja em uma conversa, etc), a eliminação das crises e do *stimming*1.. Após anos de estudo utilizando a EIBI, Lovaas (1987) publica um trabalho no qual afirmou que 47% das crianças autistas que passaram de 2-3 anos nesse método alcançaram níveis de inteligência e capacidades de aprendizagem compatíveis com o de uma criança “normal”, enquanto quase todo o resto, apesar de ainda manter um déficit cognitivo, teriam melhorado em relação ao grupo controle (Lovaas, 1987).

Com o processo de desinstitucionalização que começou a se dar na América do Norte na segunda metade do século passado e com o surgimento do método ABA - que ficou desde então conhecido como o “padrão ouro” de tratamento para o autismo - o lugar social do autismo passa das instituições totais para a clínica, a casa e a escola (Eyal et al, 2010). Contudo, se no processo geral de desinstitucionalização vemos uma mudança de um modelo disciplinar do hospital psiquiátrico para um modelo da governamentalidade liberal (Ferreira et al, 2012), no caso do autismo passamos da disciplina de uma instituição fechada para a disciplina capilarizada entre diferentes instituições.

Apesar desse processo de institucionalização do ABA ter se dado principalmente na América do Norte, onde possui maior força até hoje, é notável como a força desse método vem crescendo ao redor do mundo nas últimas décadas. Mesmo no Brasil, onde o processo de desinstitucionalização transferiu o autismo para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em que o tratamento é majoritariamente psicanalítico ou se dá pelos moldes da atenção psicossocial que foge de uma abordagem específica e com mecanismos

tão rígidos como a EIBI ou outros procedimentos do tipo, a ABA vem ganhando força no setor privado e, cada vez mais, movimentos de pais de autistas reivindicam e conseguem avanços no acesso de seus filhos a ABA, que defendem enquanto a única ou melhor forma de tratamento para suas crianças (Ortega, Zorzanelli e Rios, 2016; Caitité, 2017).

Enquanto uma série de movimentos de pais lutam pelo acesso ampliado ao ABA e para que esse se torne o principal método de tratamento para o autismo, os movimentos sociais de pessoas autistas atacam esse método reivindicando desde uma completa reformulação dele até seu fim, acreditando que ele sempre será de alguma forma violento (Walker, 2021; Gruson-Wood, 2016). Para esses grupos e autores do campo chamado estudos críticos do autismo, a ABA serve a uma adaptação forçada dos sujeitos ao molde normativo-capitalista em contraposição aos interesses do próprio autista - assim, não seria uma prática que resulta em um maior bem estar ou mesmo de saúde dessa população, mas simplesmente as conforma a uma certa norma social. Além da eliminação de traços autistas que a comunidade passa a entender que não devem mais ser eliminados - como o *stimming* - e essa imposição de moldes sociais, será fortemente criticado o uso de reforços negativos ou mesmo aversivos que ainda são amplamente utilizados nessas práticas, equiparando-os muitas vezes à tortura (NATS/NEv - HSL, 2024).

A diferença entre um movimento que entende um mesmo tipo de tratamento enquanto uma espécie de salvação para seus males e outro que o define enquanto tortura passa geralmente por uma disputa de modelos sobre o que seria o autismo. Enquanto em um modelo biomédico ou do déficit tradicional o autismo é compreendido enquanto uma patologia do desenvolvimento nos quais os traços autistas são classificados enquanto sintomas a serem eliminados ou curados, em um modelo da diferença ou em um modelo social da deficiência o autismo passa a ser compreendido enquanto uma diferença natural humana que deve ser respeitada. Ao invés de sintomas que devem ser corrigidos, tratam-se de características daquele sujeito que dizem respeito à sua subjetividade e maneiras de ser; ao invés de um déficit de sociabilidade, pensaríamos em um outro tipo de linguagem e forma de se comunicar que deve ser respeitado e ao qual a sociedade deve se adaptar a entender ao invés de algo em que o sujeito deve se modificar completamente sozinho para os moldes sociais (Walker, 2021).

No primeiro caso, o autista é definido enquanto faltante em relação a uma norma e cabe a ABA, a partir de um controle estrito e da produção de um corpo dócil e funcional dentro de um modelo disciplinar (Foucault, 1977), inserir esse sujeito novamente nela. Já no outro modelo, a norma em si é tomada enquanto um problema, enquanto a diferença

do autista é tomada enquanto uma forma de subversão dessa norma e traz em si enquanto potência a capacidade de transformá-la (Walker, 2021)². Isso não produz apenas diferentes compreensões sobre o autismo; mas diferentes modos de individuação, de produção de autismos. Ser autista em um regime ABA e ser um autista em um regime da diferença produzem formas de ser distintas. Buscaremos nesse artigo, a partir do referencial foucaultiano de “Vigiar e Punir” (Foucault, 1977), contribuir para essa recente controvérsia ao redor da ABA, em especial refletindo sobre o modo de individuação disciplinar presente nesse método.

Ferramentas genealógicas: a disciplina como ordenamento da ação e da individualização

A proposta deste número especial envolve a resposta quanto à maneira como herdamos conceitos, problematizações e provocações forjadas na leitura de “Vigiar e Punir” (Foucault, 1977). Um uso mais aberto do ferramental genealógico, ou mesmo do conjunto dos trabalhos de Foucault, nos conduziria a uma diversidade quase incomensurável de recursos providos de seus textos, considerando a variação constante dos seus ditos e escritos (Goldman, 1998 e Machado 1982). Aqui a diversidade mencionada não diz respeito apenas a um deslocamento temático ao longo dos textos, cursos e conferências foucaultianas, mas envolve a produção de novos conceitos, estratégias de trabalho, problematizações e lutas políticas encarnadas em questões contemporâneas do autor. A proposta deste texto será mostrar que com um conjunto de problematizações presentes em “Vigiar e Punir” (Foucault, 1977) teremos um corpo de ferramentas incisivas para proceder uma análise de algumas tecnologias de poder atuais não detalhadas neste livro agora cinquentenário³. A proposta é que toda uma discussão minuciosa das disciplinas, como uma nova tecnologia do poder em oposição aos modos soberanos, pode oferecer um recurso poderoso para pensarmos a utilização da ABA no autismo. Antes disso torna-se central trazer duas discussões fundamentais: o uso de conceitos e de problematizações nos textos genealógicos e o lugar da disciplina nas tecnologias de poder.

Em primeiro lugar, nosso uso de conceitos e problematizações genealógicas segue as pistas de uma proposição do próprio Foucault em diálogo com Deleuze (1982). A proposta não é essencializar os conceitos, mas tomá-los como caixas de ferramentas em uma série de batalhas e operações políticas vinculadas a questões contemporâneas. Não está aqui em questão a purificação ou a fidelidade no uso dos conceitos genealógicos, mas muito

mais o seu valor enquanto instrumento de problematização e de composição em máquinas de guerra atuais. Em um sentido que toca a herança atual de “Vigiar e Punir” (Foucault, 1977), entendemos que é muito mais importante a apropriação das ferramentas conceituais do que o seu uso exegético. Aqui creio que vale mais uma apropriação antropofágica no sentido oswaldiano (Andrade, 1990), experimentando conceitos em outras problematizações e em outras conexões. Em poucas palavras, a fidelidade no uso ferramental dos conceitos genealógicos desemboca na infidelidade com que o fazemos operar ele em outros campos e em outras questões. Ou seja, passamos os conceitos de ferramentas para a constituição de poderosas gambiarras experimentais para pensar a nossa contemporaneidade e desafiar os modos hegemônicos do nosso presente.

Outro tema diz respeito ao próprio alcance do conceito de disciplina, posteriormente reduzido a funções mais específicas na composição com outros poderes e outras formas de governo na sequência dos textos genealógicos (Foucault 1999, 2006 e 2007) e mesmo em leitura consagradas de outros autores como Deleuze (1992). Nossa proposta é rediscutir estas reduções à luz do que apresenta Foucault em “Vigiar e Punir” (Foucault, 1977). Em artigo anterior (Ferreira e Santos, 2021) observamos como o conceito de biopolítica foi ganhando sentidos muito diferentes até a sua desapareição, curiosamente no texto denominado Nascimento da Biopolítica (Foucault, 2007). Uma trajetória dessa poderia ser traçada em relação ao conceito de disciplina ou, como ele virá a ser mais adiante denominado, de anatomopolítica. A impressão é de que o conceito vai sendo desidratado, de início numa composição com a biopolítica em torno do biopoder (Foucault, 1999). Se a anatomopolítica produziria os efeitos de individualização, a biopolítica produziria os efeitos de coletivização produzindo populações grupos ou classes, ambos compondo a biopolítica. Essa diferença não faria muito sentido se examinarmos “Vigiar e Punir” (Foucault, 1977) em que à disciplina corresponderia efeitos de produção de individualidades e coletividades. Ao discutir como a individualidade entra num campo documental, o autor assim se refere:

Graças a todo este aparelho de escrita que o acompanha, o exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável... para mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular. Em suas aptidões e ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente; e por outro lado, a constituição de um saber comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa de desvios de indivíduos entre si, a sua distribuição numa população. (Foucault, 1977, p. 169).

Outro processo de delimitação das disciplinas ocorre no início do curso Segurança, Território e População (Foucault, 2006). Nas três primeiras aulas deste curso, Foucault tentou fazer uma nova composição em que a disciplina se entrelaçava com a soberania numa oposição à biopolítica entendida agora como técnica de segurança. Esta delimitação, vista em dispositivos que diziam respeito a formas como se lidava com as doenças, com o comércio e a circulação de grãos ou ainda com a organização das cidades, parecia opor de um lado formas de gestão mais rígidas e por outro formas mais abertas ao imprevisível, ao probabilístico, ao oscilante, ao contínuo e ao que viria a se compor de maneira mais detida com as condições locais em suas flutuações. Nessa comparação, a disciplina parecia apontar para formas mais rígidas e fechadas de poder. Intuição semelhante anos mais tarde apresentou Deleuze (1992), ao fazer uma comparação entre as antigas sociedades disciplinares e as atuais sociedades de controle. Oposição não diria respeito apenas ao caráter fechado das instituições disciplinares em relação às atuais, mas referente a outros aspectos como caráter constante, modular, flutuante, digital do exercício de poder nas sociedades de controle. Um retorno à parte três de “Vigiar e Punir” (Foucault, 1977) mostrará que esta oposição entre um caráter rígido e fechado das disciplinas em comparação a outras formas de poder não corresponderia às atribuições que Foucault faz a elas. Na verdade, parece haver uma passagem entre modos de exercício mais rígidos da disciplina, como no caso da quarentena, a casos em que ele mostraria uma máxima flexibilização como no exemplo do panóptico: “Cidade pestilenta, estabelecimento panóptico, as diferenças são importantes. Elas marcam com um século e meio de distância as transformações do programa disciplinar” (Foucault, 1977, pp. 180-181). No caso da quarentena para combate da peste haveria uma situação excepcional, com novas engrenagens, tornando-se onipresente, visível e constituindo uma sociedade perfeita, mas se reduzindo ao dualismo vida e morte. O panóptico, de outra maneira, seria “um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder na vida dos homens” (Foucault, 1977, p. 180). E neste funcionamento ideal, as disciplinas não se limitariam ao espaço fechado das instituições de sua gênese:

Essas disciplinas que a era clássica elaborara em locais precisos e relativamente fechados - casernas, colégios, grandes oficinas - e cuja utilização global só fôra imaginada na escala limitada e provisória de uma cidade em estado de peste, Bentham sonha fazer delas uma rede de dispositivos que estariam em todas partes e sempre alertas, percorrendo a sociedade sem lacuna e interrupção. (Foucault, 1977, p. 184).

O espaço das disciplinas não corresponde a uma utopia dos espaços fechados, mas à ampla vigilância dos corpos distribuídos no tempo, espaço, agrupados e recompostos em fluxos contínuos na busca de ampliação da sua máxima utilidade.

Uma caracterização plena dos processos de disciplinarização

Quando adentramos numa avaliação do conceito de disciplina, vale a distinção feita por alguns comentadores como Castro (2004) entre o processo de disciplinarização no campo do discurso ou dos saberes e a disciplinarização no que diz respeito aos esquemas de poder. Sendo este o que mais nos interessa, podemos encontrar na parte três de “Vigiar e Punir” (Foucault, 1977) uma caracterização esquemática do que Foucault entende por poder disciplinar. Trata-se “de uma forma de poder que tem como objetivo os corpos em seus detalhes em sua organização interna, na eficácia dos movimentos” (Castro, 2004, p. 111). A disciplina pode assim inaugurar uma relação analítica com os corpos, buscando aumentar a docilidade, produtividade e individualidade destes diminuindo a sua potência política.

As formas de individualidades disciplinares estariam conectadas a quatro características cada uma delas correspondente a quatro técnicas distintas. Ao aspecto celular corresponderia um ordenamento da multiplicidade dos corpos ao longo do espaço por meio de técnicas diversas como a clausura, quadriculamento e as localizações funcionais. Ao aspecto orgânico, corresponderia o controle das atividades, seja no ajuste dos horários, na elaboração das condutas ou na correlação entre corpos e gestos. Ao aspecto genético corresponde todo um conjunto de processos de capitalização do tempo, seja a divisão deste em segmentos, a serialização das atividades e o exercício enquanto técnica que conduz a tarefas graduadas. Ao aspecto combinatório corresponderia todo um processo de composição de forças, seja a articulação e a localização dos corpos, a combinação de séries temporais e todo um sistema de comandos⁴.

De maneira mais detida, o poder disciplinar na sua atuação se vale de instrumentos simples como a vigilância hierárquica onde se ampliam as formas de ver sem ser visto produzido um funcionamento múltiplo, anônimo e automático; a sanção normalizadora, referindo às atividades do indivíduo a partir de medidas corretivas em torno de uma norma; e o exame, articulando a sanção normalizadora com a vigilância hierárquica. Especialmente aqui são registrados dois efeitos que maximamente nos interessam: a produção de mecanismos de saber (que seriam a matriz de ciências humanas)⁵ e dispositivos de individualização decrescente: contrário das formas de poder soberano que

visibilizavam os máximos extratos de poder, os modos disciplinares focalizam ao máximo as atividades dos segmentos mais baixos. Veremos agora de quais formas essas diferentes modalidades de funcionamento do poder disciplinar estão presentes na prática da ABA.

A ABA e a disciplina

Pensar as práticas disciplinares, como Foucault a fez, passa no geral por uma avaliação das práticas cotidianas no qual elas são aplicadas. Apesar de manuais e artigos técnicos proverem uma ideia desse dia a dia da ABA, optamos pelo uso de uma descrição densa etnográfica já realizada, mais especificamente pelo trabalho de Gruson-Wood (2016) em sua tese envolvendo as clínicas de ABA em Ontário, no Canadá. A escolha pelo auxílio de uma etnografia se dá pois ela permite um olhar que não se detenha só ao prescritivo da disciplina, mas também a suas aplicações concretas, institucionais e como se relacionam a contextos mais amplos. Apesar do contexto canadense ser distante do brasileiro e de muitos outros países, a escolha pela tese dessa autora, e não outras etnografias - ainda são poucas no campo - se justifica pelo fato de Ontário ser uma província em que a ABA se tornou a principal forma de tratamento destinada a crianças autistas. Ou seja, temos nesse cenário um local em que a ABA foi fortemente institucionalizada, com políticas públicas de saúde voltadas à ampliação de clínicas dessa abordagem, escolas com professores já treinados nessa prática e uma cultura geral voltada a essa terapia. Se existe um lugar mais próximo do ideal de aplicação da ABA que se propõe uma terapia totalizante - no sentido de ocupar todos os espaços da vida do sujeito, não se restringindo à clínica - talvez Ontário seja o que mais se aproxima. Assim, a descrição de Gruson-Wood será uma ferramenta que, em conjunto com outros artigos referentes à ABA, nos auxiliará a compreender os efeitos disciplinares dessa prática no cotidiano.

Em primeiro lugar, vale nos debruçarmos melhor sobre o fato de que a ABA tem como base teórica e prática o behaviorismo skinneriano, se utilizando principalmente da noção de condicionamento operante para seus métodos (Skinner, 1985; Lovaas, 1987). Assim, a ABA funciona essencialmente pela utilização de reforços positivos ou negativos e punições⁶ exercidas na criança autistas visando o apagamento de certos comportamentos e a produção de outros. O que está em jogo é sempre o comportamento, entendido enquanto sintoma a ser eliminado quando reflete uma característica autista e enquanto desejável quando implica uma norma a ser alcançada. Isso se traduz no que Gruson-Wood (2016) denominou de “visão de mundo behaviorista” (*behaviorist worldview*), no qual a

criança, o autismo, o espaço (seja a clínica, a casa ou a escola) e os “aplicadores” (sejam os terapeutas, os pais ou os professores) todos são vistos pelo prisma do comportamento, do reforço e da punição - algo que deve ser reforçado ou eliminado. O corpo se torna o vetor pelo qual se individualiza o autista através de seu comportamento: do pouco sociável, que não olha nos olhos, que repete movimentos “anormais” até o indivíduo capaz de manter uma conversa nos moldes tradicionais, sem fazer ou falar coisas fora da norma. É dessa tarefa que se encarrega a disciplina. Avancemos agora para como essas práticas se dão no dia a dia. Para isso, vamos resumir aspectos descritos por Gruson-Wood (2016) em sua etnografia desses dispositivos.

Primeiro, o espaço da clínica. Gruson-Wood (2016) nos descreve um cenário no qual cada criança e seu terapeuta são separados dentro de uma certa repartição da clínica - local separado de outras crianças e estímulos não controláveis, em que tudo, dos brinquedos aos objetos servem ou podem vir a servir aos propósitos terapêuticos. Nesse terreno, o terapeuta se torna o responsável pela aplicação de tarefas, reforços e punições. As tarefas, geralmente destinadas a produção de algum comportamento - seja uma habilidade social, cognitiva ou mesmo motora como o uso de privada para ir ao banheiro e da pia para lavar as mãos -, devem ser repetidas em sessões de em média 15 minutos, com pequenos intervalos entre elas para que a criança possa atuar “livremente”, brincando ou fazendo o que desejar. Os progressos nas tarefas são medidos, por exemplo, pela facilidade e tempo que a criança desempenha certo comportamento. Assim, quanto mais tempo, por exemplo, uma criança consegue manter o contato visual enquanto fala com o terapeuta, mais avanços a ABA alcançou. Já nos intervalos, mesmo que simbolicamente sejam tempos livres, eles pouco têm de não produtivos. Enquanto a criança brinca, o terapeuta continua a aplicar reforços e punições; se a criança é sociável e responde às perguntas do terapeuta sobre a brincadeira, é reforçada de alguma maneira⁷; se ela reproduz algum comportamento indesejável, é punida. Ao mesmo tempo que essas práticas estão acontecendo, uma câmera permanece o tempo inteiro ligada e voltada sobre a criança e o terapeuta. Suas filmagens podem ser vistas por um supervisor - do qual o terapeuta “em campo” está sendo orientado ou treinado por - e devem servir como base para a análise de quais comportamentos já foram aprendidos, quanto a criança avançou, etc (Gruson-Wood, 2016).

Podemos analisar aqui já alguns elementos da disciplina, especialmente no que concerne ao ordenamento do corpo em certo espaço e tempo. Em seu caráter celular, a clínica é organizada em certos núcleos no qual o espaço pertencente à criança e o

terapeuta e o que ocupa esse espaço já é calculado previamente pelos objetivos da terapia; no caráter orgânico e genético (Foucault, 1977, pp. 136-146), vemos como o controle do tempo e a adequação do corpo (Foucault, 1977, pp. 146-152) e seus gestos a ele é essencial na ABA: do tempo das tarefas aos intervalos produtivos até o fato de que parte da mensuração da eficácia da terapia se dá por esse mínimo controle dos gestos visuais, gestuais, etc; isso culmina justamente no caráter combinatório, ou seja, na forma como a ABA na clínica tem enquanto objetivo essa articulação do corpo em certas práticas dentro de um espaço e de um tempo, visando uma composição de forças destinadas à produção de um certo comportamento, de um certo indivíduo.

Já a vigilância entra aqui em um duplo lugar. Primeiro, no terapeuta principal que permanece o tempo inteiro olhando a criança: das atividades a serem realizadas aos intervalos no qual a necessidade de reforços e punições continua presente. Segundo, na câmera do supervisor - que reflete o panóptico no qual nunca se sabe está ou não sendo vigiado, se o vídeo será ou não analisado posteriormente - que assiste não só a criança mas também o terapeuta⁸ (Gruson-Wood, 2016). A vigilância combinada à sanção normalizadora, que aqui é traduzida por meio de reforços e punições behavioristas, atua na individuação do autista que deve ser tornar o mais próximo possível do sujeito normativo. Nisso, o exame possui caráter essencial. A câmera que vigia se conecta às anotações e recomendações do terapeuta e do supervisor; cada detalhe do progresso ou dos impedimentos da criança são anotados e analisados buscando produzir novos mecanismos e práticas que auxiliem na normatização da mesma. O indivíduo nasce do saber excessivo produzido sobre o mesmo.

O aspecto da vigilância ganha um contorno especial quando a ABA se propõe um método que deve acompanhar cada momento da vida da criança; sendo necessário o adulto responsável por ela naquele momento (terapeuta, parente, professor, etc) estar pronto para aplicar sanções ou recompensas dada cada resposta comportamental da criança aos estímulos do meio.

Cada sujeito no grupo experimental foi designado a vários estudantes-terapeutas bem treinados que trabalharam (em regime de meio período) com o sujeito em sua casa, escola e comunidade por uma média de 40 horas por semana durante 2 ou mais anos. Os pais trabalharam como parte da equipe de tratamento durante toda a intervenção; eles foram extensivamente treinados nos procedimentos de tratamento para que este pudesse ocorrer durante quase todas as horas em que o sujeito estava acordado, 365 dias por ano. (Lovaas, 1987, p.5)⁹

Não existe momento da vida da criança fora do tratamento; a criança deve ser olhada em cada momento de sua vida. Apesar da citação acima relatar o caso de um estudo, o objetivo dessas práticas é justamente que ela se alastre para todos os momentos¹⁰. Em um manual publicado por Lovaas em 1980 para pais e professores de crianças com questões de desenvolvimento, é incentivado o mesmo olhar constante sobre a criança, chamando atenção para o fato de que um comportamento inadequado que não é punido pode ser recompensando de outra forma e tornar-se um hábito da criança. Para isso, torna-se necessário a sanção normalizadora, por vezes através da punição. Como é ensinado nesse mesmo manual, no qual fica evidente uma verdadeira explanação dos métodos punitivos:

Um método de punição é fazer algo com a criança que "dói", por exemplo, um tapa na bunda, ou um "Não!" alto e seco. Essas punições são chamadas de aversivas. Para algumas crianças, um "Não" é tudo o que você precisa dizer; elas param o que estiverem fazendo. Para outras crianças, uma repreensão verbal simplesmente não funcionará; mas um tapa na bunda é quase sempre eficaz, se for forte o suficiente para que "ardam" (pratique em seus amigos para ter uma ideia de quão forte você bate). A vantagem de tapas que são fortes o suficiente e aplicados corretamente é que você não precisa usar muitos. Se você apenas desaprova verbalmente, pode acabar gritando muito, o que é desagradável para todos e lhe dá menos oportunidade de demonstrar afeto. Às vezes, você pode ser pego em uma verdadeira "luta" com uma criança ao aumentar as aversivas. Você bate mais forte, mas a criança se torna cada vez mais teimosa. Se isso acontecer, recue imediatamente e tente outra coisa. Assim como os adultos são espertos em encontrar coisas diferentes que são recompensadoras para uma criança, um bom adulto encontrará formas de disciplina que são menos dramáticas do que a punição física. Tente algo que a criança não goste de fazer como punição. Por exemplo, algumas crianças não gostam de exercícios físicos, então você pode programar exercícios (como abdominais ou correr em volta do quarteirão) contingentes ao comportamento indesejável. Lavar louça é punitivo para alguns, assim como ser levantado do chão. (Lovaas et al, 1981, p.18)¹¹

Essa é apenas uma das diversas práticas de reforço e punição ensinadas ainda no primeiro capítulo do livro (que conta com um segundo dedicado apenas às punições). Mantemos o parágrafo na íntegra para evidenciar o detalhamento dessas práticas dentro desses métodos. Ao longo do manual, Lovaas et al (1981) chamam atenção para a necessidade de individualizar esses procedimentos, aprendendo o que a criança gosta e não gosta na tentativa de tornar o método mais eficaz. Vemos, assim, as práticas de vigilância e sanção normalizadora combinadas com o exame detalhado individual. Vale ressaltar que, mesmo que certas práticas punitivas como as supracitadas sejam menos comuns hoje, não há ausência de relatos de autistas que passaram por punições físicas ou morais (NATS/NEv – HSL, 2024)¹².

Mesmo que seja possível conceber outras formas de poder, especialmente produzidas em configurações mais recentes do capitalismo como faz Deleuze (1992), a ABA se torna

um bom analisador de como a disciplina, descrita nos moldes de “Vigiar e Punir”, pode ocupar a vida/estar presente em diferentes ambientes. O regime disciplinar da escola tinha como interesse produzir o estudante no contexto colegial. Obviamente esperava-se que essa disciplinarização tivesse um efeito para fora da instituição. Contudo, fora dela o aluno não precisava se comportar na norma escolar. A ABA parece atuar de forma mais radical. Seu interesse não é que o autista venha a aderir às normas disciplinares de seu método apenas na clínica, mas principalmente que as reproduza em todas as instâncias da vida. Isso se dará por uma expansão da disciplina a todo cotidiano da criança autista. Aqui vale a postura de Foucault de que a disciplina não vale apenas para o domínio institucional (Foucault, 1977, 184)

Na ABA não é apenas a criança que deve ser treinada em seus métodos, mas também os terapeutas, pais, professores, mediadores escolares, em alguns casos mesmo colegas de sala e, em suma, qualquer um que participe ativamente da vida do autista – como evidenciado na citação de Lovaas (1987) acima. Especialmente os pais e professores devem se tornar “*para-practitioners*” (para-praticantes, para-terapeutas) (Gruson-Wood, 2016), cuja função é basicamente a reprodução do papel do terapeuta principal no cotidiano da criança. Assim, devem aplicar reforços e punições quando a criança desempenha algum comportamento desejado ou indesejado; vigiar constantemente para aplicar o que Foucault denominaria como a sanção normalizadora (Foucault, 1977, pp. 159-164); anotar a quantidade de vezes que a criança conseguiu ou não realizar certa tarefa ou comportamento, quantas vezes falhou, quantas vezes recaiu em alguma estereotipia - ou seja, fazer um exame detalhado do indivíduo (Gruson-Wood, 2016). Na clínica, em casa, na escola ou na rua: as práticas disciplinares ocupam cada momento do autista; não existe tempo livre.

Nas comunidades autistas, o termo *masking* designa a prática de “mascaramento” na qual esses sujeitos se vêem na obrigação de performar uma neurotipicidade; de atuar a partir de uma norma para serem aceitos em diferentes espaços, nas relações que fazem parte e até nas oportunidades de emprego, educação, etc. Muitos trazem justamente a violência implícita nessa prática, em que é esperado que suprimam de alguma forma qualquer característica que remete ao autismo ou fuja da norma em algum sentido. Parece ser esse o autismo produzido pela ABA: um autismo que tem como objetivo esconder qualquer traço autista em prol de uma norma. O autismo é visto enquanto uma falta inerente que deve ser suprida por um conjunto de técnicas corporais subjetivas que aproximam o sujeito da normalidade esperada. A prática de *masking* denuncia justamente

a artificialidade dessa forma de ser; as maquinarias por trás da produção de um certo indivíduo autista visto como funcional.

Entretanto, autores como Waltz (2020), principalmente com o aporte de uma teoria *queer*¹³ de inspiração foucaultiana, denunciam justamente como não é apenas o autismo que é produzido, mas a própria norma subjacente a ele. Se as práticas diagnósticas de identificação contidas nos manuais e nas práticas médicas e psi, em conjunto com os mecanismos biopolíticos mais gerais, denunciam de que forma o autismo é produzido no contemporâneo, a ABA apontando como o sujeito supostamente “normal” parece ainda mais artificial. O conjunto de práticas disciplinares destinadas a tornar os autistas mais próximos da norma nada mais são do que uma exacerbação de todas as práticas destinadas aos neurotípicos durante todas suas vidas. Mais do que isso, o autismo se torna o caso paradigmático pelo qual a norma pode ser construída. Waltz (2020) a partir do método genealógico busca mostrar justamente isso: as formas pelas quais a “criança normal” surge na literatura médica e naquela destinada aos novos pais têm origem comum surgimento da classificação de autismo. A produção da alteridade acompanha a produção da norma; tese essa próxima a de Foucault (2014) em seu texto “A psicologia de 1850-1950”, no qual defende que as formas pelas quais a positividade desse saber, que se diz um saber do ser humano em seu funcionamento normal, sempre surgem de seu negativo, como os estudos da memória que surgem do esquecimento, da percepção que começam pela ilusão, da consciência pelos lapsos, etc.

Considerações finais

Comemorando o cinquentenário de “Vigiar e Punir”, buscamos neste breve trabalho apontar para uma forma como este texto clássico e suas considerações sobre a disciplina presentes, principalmente em sua terceira parte, permanecem atuais e relevantes para pensar práticas da atualidade. As descrições das práticas disciplinares clássicas referidas às antigas escolas, hospitais e casernas se atualizam na forma de operar da ABA, transpondo o espaço clínico institucional e ocupando cada momento da vida do sujeito. Em suas preocupações com o corpo - e suas relações com certo espaço e temporalidade -, sua vigilância, na aplicação de uma sanção normalizadora e o constante exame, a ABA acaba por produzir o indivíduo autista desejável - ou ao menos o mais próximo o possível disso - ao poder disciplinar. De sua criação com Lovaas, preocupado com a transformação do autista em um sujeito funcional indistinguível de outras pessoas de sua idade até os dias de hoje, a norma sempre foi o alvo e talvez a principal produção deste método.

Contudo, como já afirmava Foucault ao longo de sua genealogia do poder, não existe relação de poder sem a possibilidade de resistência (Foucault, 1977; 1988). Não tivemos tempo aqui de elaborar as diferentes formas micropolíticas de resistência a ABA mais bem descritas na supracitada tese de Gruson-Wood (2016), nem sobre as formas como as crianças se reinventam a partir do que lhes é exigido as maneiras como os profissionais e os para-praticantes discordam de certas tecnologias e as subvertem no cotidiano de suas práticas; também não pudemos entrar em detalhe nas maneiras como a própria ABA se reinventa em meio a tantas críticas (Caitité, 2017). Independente da eficácia e universalidade que o método pode aparentar ter, o poder nunca é total em seu funcionamento. Pensando resistências mais radicais, autoras como Walker (2021) defendem uma espécie de anti-ABA, no qual traços autistas como o *stimming* são tomados enquanto qualidades positivas que devem ser nutridas e não apagadas; tomados enquanto uma arma subjetiva frente a normatização imposta sobre esses corpos, produzindo individualidades dissidentes a norma esperada.

Uma análise pela genealogia do poder foucaultiana frente à ABA e suas variantes permite justamente uma desnaturalização da norma que esse método toma enquanto dado; vislumbrar as formas como é essa própria prática que produz o indivíduo que acredita ser universal. Frente às diversas controvérsias referentes à ABA no Brasil e no mundo nessas últimas décadas, a caixa de ferramentas presente em “Vigiar e Punir” continua se mostrando eficaz e interessante para compreendermos e atuarmos sobre nossas formas de existência na nossa atualidade. Podemos nos perguntar quão antigas são as práticas disciplinadoras, as suas formas de normatizar, sancionar, dividir e articular os componentes da nossa ação e o que ABA inventaria neste conjunto. Mas estas práticas, junto com tudo que a ABA apresenta, jamais pertenceriam a qualquer atributo eterno e identificado com uma natureza humana. Assim como as formas de resistência e problematização que vão se revelando cada vez mais e mais inovadoras, conforme novos atores e modos de subjetivação vão entrando em cena. Estamos sempre nos deslocando entre o contingente e o raro da história (mesmo que estejamos diante de formas hegemônicas).

Os modos de resistência, no entanto, será o tema de um futuro trabalho. Resta-nos dizer que os modos de nos constituímos pessoas pelas formas de problematização, composição, purificação e resistência é bem mais diverso que o repertório de treinamento da ABA.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, O. de. Manifesto antropofágico. Em: B. Nunes (Org.), A utopia antropofágica. São Paulo: Globo, 1990, pp. 47-52.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.
- CAITITÉ, A. O autismo como diversidade: ontologias trazidas à existência no ativismo político, em práticas da psicologia e em relatos em primeira pessoa. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- CASTRO, E. Vocabulário de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. Em: DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.
- DELEUZE, G., FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder. Em: MACHADO, R. (Org.). Microfísica de Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1982
- EYAL, G. et al. The autism matrix: the social origins of the autism epidemic. Cambridge: Polity Press, 2010.
- FERREIRA, A. A. L., PADILHA, K., STAROSKY, M., e NASCIMENTO, R. C.. The question of freedom in the psychiatric reform process: A possible presence of neoliberal governance practices. Neoliberalism and Technoscience. Farnham: Ashgate, 2012, pp: 139-156.
- FERREIRA, A. A. L., SANTOS, M. V. do A. G. Foucault, Gilda e a Biopolítica: a eternidade de um conceito efêmero. Em: Mnemosine Vol.17, nº2, 2021, p. 108-131.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade: A vontade de saber. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. Seguridad, territorio, población. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- FOUCAULT, M. Nacimiento de la Biopolítica. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- FOUCAULT, M.. A psicologia de 1850-1950. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos I: problemas e métodos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 134-154.
- GOLDMAN, M. Objetivação e Subjetivação no último Foucault. Em: CASTELO BRANCO, G. & NEVES, L. F. B. (ORGs.). Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência. Rio de Janeiro & Londrina: Nau & CEFIL, 1998.
- GRUSON-WOOD, J. “I’m a juggling robot”: an ethnography of the organization and culture of autism-based applied behaviour therapies in Ontario, Canada. 2016. York University, Toronto, 2016.
- LOVAAS, O. I. Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. Journal of Consulting and Clinical Psychology, Washington, D.C., v. 55, n. 1, p. 3-9, fev. 1987.

LOVAAS, O. I. Teaching Developmentally Disabled Children: The Me Book. Austin: PRO-ED, 1981.

MACHADO, R. Ciência e Saber: a trajetória arqueológica de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SAÚDE/NÚCLEO DE EVIDÊNCIAS – HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS (NATS/NEv – HSL). Parecer Técnico-Científico: Método ABA (Applied Behavior Analysis) para Transtorno do Espectro Autista (TEA). 2024. Disponível em: <<https://www.tjrj.jus.br/documents/d/guest/parecer-0254-2025>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2025.

ORTEGA, F.; ZORZANELLI, R.; RIOS, C. The biopolitics of autism in Brazil. In: RUNSWICK-COLE, K.; MALLET, R.; TIMIMI, S. (Org.). Re-thinking autism: Diagnosis, identity and equality. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2016. p. 67-89.

SKINNER, B. Para além da liberdade e da dignidade. São Paulo: Cultrix, 1985.

WALKER, N. Neuroqueer heresies: notes on the neurodiversity paradigm, autistic empowerment, and postnormal possibilities. Fort Worth: Autonomous Press, 2021.

WALTZ, M. The production of the ‘normal’ child: neurodiversity and the commodification of parenting. In: ROSQVIST, H. B.; CHOWN, N.; STENNING, A. Neurodiversity studies: A new critical paradigm. Londres: Routledge, 2020.

Lua Gall Gagliardi
Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (EICOS-UFRJ).
E-mail: luagallgagliardi@gmail.com

Arthur Arruda Leal Ferreira
Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: arleal1965@gmail.com

¹ O *stimming* diz respeito a certos comportamentos motores repetitivos exibidos por pessoas autistas em momentos de tensão ou superestimulação. Hoje, muitos ativistas autistas defendem o *stimming* enquanto uma importante prática de autoregulação que deveria ser abraçada; contudo, apesar de hoje isso estar sendo revisto, historicamente a ABA visou a eliminação desses comportamentos, entendendo-os como sintomas.

² Aqui é necessário afirmar que não se trata de uma romantização do autismo ou de afirmar que não são necessários dispositivos de cuidado para essas pessoas e suas famílias. Porém, proponentes desse modelo defendem a necessidade de uma reestruturação importante na forma como esse cuidado é pensado: não mais enquanto uma busca por adaptação do sujeito, mas a partir das mudanças coletivas e sociais que buscam uma maior adaptação do ambiente ao autista, além do desenvolvimento de certas capacidades que auxiliem uma maior autonomia e qualidade de vida para a pessoa. Entendendo sempre a autonomia dentro de uma lógica de cuidado que pensa a heteronomia enquanto valor geral mais relevante do que uma suposta independência dos sujeitos.

³ Não há em “Vigiar e Punir” uma análise minuciosa das tecnologias psíquicas, mas a sua atribuição genealógica quanto às práticas disciplinares e ao exame: “Essas ciências com que a nossa ‘humanidade’ se encanta há mais de um século têm sua matriz técnica na minúcia tateante e maldosa das disciplinas e de suas investigações. Estas são talvez para a psicologia, a pedagogia, a psiquiatria, a criminologia e para outros

tantos estranhos conhecimentos, o que foi o terrível poder de inquérito para o saber calmo dos animais, das plantas ou da terra... Pois se é verdade que o inquérito, ao se tornar uma técnica para as ciências empíricas, se destacou do processo inquisitorial em que tinha suas raízes históricas, já o exame permaneceu o mais próximo do poder disciplinar que o formou”. (Foucault, 1977, p. 118).

⁴ Na página 150 de “Vigiar e Punir” encontramos uma boa síntese da descrição das operações e dos modos de individualização.

⁵ Ver a nota 3.

⁶ É interessante notar que até mesmo Skinner era em alguma medida contrário ao uso de punições, atestando contra sua eficácia e ética (Skinner, 1985). Entretanto, essas práticas continuam a ser utilizadas na ABA, o que é alvo de denúncia de uma série de atores envolvidos nessa controvérsia, especialmente os movimentos sociais de autistas.

⁷ No que consistem estes reforços e punições varia por abordagem da ABA e, muitas vezes, de criança para criança. Gruson-Wood (2016) descreve, por exemplo, uma terapeuta que baseava seus reforços e punições nos “hiperfocos” das crianças - o hiperfoco seria um objeto ou tema, como um interesse extremo por certos animais ou série televisivas, comum a autistas e geralmente de extrema importância para os mesmos. Assim, o reforço positivo se dava, por exemplo, por permitir a criança falar ou interagir de alguma forma com algo que envolvia seu hiperfoco; já a punição poderia ser a retirada de um brinquedo ligado a esse interesse - porém, vale ressaltar que existem relatos de casos de punição física ou moral mais graves (NATS/NEV - HSL, 2024).

⁸ Gruson-Wood (2016) chama atenção para o fato de que a disciplina não incide apenas sobre o corpo do autista, mas também do próprio terapeuta que deve se individuar enquanto aplicador dessa visão de mundo behaviorista.

⁹ Tradução nossa. No original: “Each subject in the experimental group was assigned several well trained student therapists who worked (part-time) with the subject in the subject’s home, school, and community for an average of 40hr per week for 2 or more years. The parents worked as part of the treatment team throughout the intervention; they were extensively trained in the treatment procedures so that treatment could take place for almost all of the subject’s waking hours, 365 days a year” (Lovaas, 1987, p.5)

¹⁰ “O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar, tudo ver perfeitamente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo que deve ser sabido; olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos olhares convergem”. (Foucault, 1977, p.156).

¹¹ Tradução nossa. No original: “One method of punishment is to do something to the child that “hurts”, for example, a swat on the behind, or a loud, sharp ‘No!’ . These punishments are called aversives. For some children ‘No’ is all you have to say; they stop whatever it is they are doing. For other children a verbal reprimand just will not work; but a swat on the behind is almost always effective, if it is hard enough that it ‘smarts’ (practice on your friends to get some idea of how hard you hit). The advantage of swats that are strong enough and given correctly is that you don’t have to use too many. If you only verbally disapprove, you may end up yelling a lot, which is unpleasant for everyone and gives you less opportunity to show affection. Sometimes you can get caught in a real “fight” with a child when you escalate aversives. You hit harder, but the child just becomes more and more stubborn. If that happens, immediately back off, and try something else. Just as adults are clever in finding different things that are rewarding to a child, a good adult will find forms of discipline that are less dramatic than physical punishment. Try something the child does not like to do as punishment. For example, some children dislike athletics, so you can program athletics (like sit-ups or running around the block) contingent on the undesirable behavior. Washing dishes is punishing for some, as is being lifted off the floor.” (Lovaas et al, 1981, p.18)

¹² Nos espaços disciplinares “funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo..., da atividade..., da maneira de ser..., dos discursos..., do corpo..., da sexualidade... Ao mesmo tempo é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações. Trata-se de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar função

punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso num universalidade punível-punidora”. (Foucault, 1977, p.160).

¹³ A teoria *queer* é um campo de estudos que se inspira dos *insights* foucaultianos, especialmente sua história da sexualidade, e expande algumas de suas proposições. Em especial para a apropriação dos estudos sobre o autismo, essa apropriação se dá na forma como autores como Butler (2018) vão tomar termos geralmente utilizados para exclusão ou abjeção de certos sujeitos na sociedade (*queer* seria um xingamento a população LGBT em inglês) no intuito de subverter a norma que exclui esses sujeitos, entendendo que ela é produto de relações de poder e não parte de uma natureza prévia a ele. Assim, autistas que se valem dessa teoria a utilizam no intuito de pensar formas de ser autista que subvertem a norma de alguma forma, algo que discutiremos em breve.